

# Sumário

Apresentação — Pensando políticas com Jacques Derrida <i>Alice Casimiro Lopes e Marcos Siscar</i> .....	7
O debate Foucault e Derrida — Políticas da interpretação <i>Evando Nascimento</i> .....	13
Arquivo e política em Jacques Derrida: notas introdutórias <i>Paulo Cesar Duque-Estrada</i> .....	39
Pensar como responder: o problema da responsabilidade política em Jacques Derrida <i>Marcos Siscar</i> .....	61
Sobre a decisão política em terreno indecidível <i>Alice Casimiro Lopes</i> .....	83
Hospitalidade, amizade e os imperativos da ordem social <i>Joanildo Burity</i> .....	117

A teoria do currículo e o futuro monstro	
<i>Elizabeth Macedo</i> .....	153
Desconstrução, alteridade e tradução: percursos investigativos nas políticas de currículo	
<i>Érika Virgílio Rodrigues da Cunha,</i> <i>Hugo Heleno Camilo Costa e Veronica Borges</i> .....	179
A responsabilidade paradoxal do escritor: o testemunho na literatura brasileira contemporânea	
<i>Milena Magalhães</i> .....	201
Julgamento inaugural, competência crítica e cultura democrática	
<i>Nabil Araújo</i> .....	225
O corpo das mulheres em cenas de tradução e perdão na Comissão da Verdade na África do Sul	
<i>Viviane Veras</i> .....	261
Tradução e o (ter) lugar da relação	
<i>Mauricio Mendonça Cardozo</i> .....	285
Sobre os autores.....	323

# Apresentação

## Pensando políticas com Jacques Derrida

*Alice Casimiro Lopes*

*Marcos Siscar*

Os estudos derridianos, de forma associada ou não às discussões usualmente denominadas pós-estruturais, são muitas vezes questionados por se afastarem das questões de natureza política. A discussão cerrada de determinadas noções teóricas manteria aparentemente à margem situações políticas de fato, cedendo a uma prática do pensamento vinculada à interpretação infinita, à retórica literária, à instabilidade ou à indecidibilidade conceitual, sem propor alicerces efetivos para as decisões políticas sobre os problemas contemporâneos que necessitam de soluções urgentes. Assim, a ausência de projeto e de compromisso pré-determinados com dada visão de história, bem como a opção pelo “relativismo” são críticas que perpassaram, e continuando perpassando, ao longo do tempo, os debates em torno da obra de Derrida.

Este livro não tem a intenção de responder a essas velhas acusações. Não só porque muitos já se dedicaram a isso com profundidade, como porque julgamos que este caminho não é aquele ao qual atualmente possamos contribuir, com Derrida, de forma produtiva no campo do político. Defendemos que, não raro, a obra de Derrida serviu e vem servindo a desdobramentos que remetem às dimensões políticas da vida social, aprofundando, de certa forma, a própria centralidade da ideia de política. A leitura do discurso político mostra que, se os sentidos políticos não são necessariamente orientados por uma estrutura pré-existente, isto é, se há tradução, deslocamento, hierarquias identitárias colocadas em jogo, estamos sempre na iminência do indecível em termos do espaço político. A política torna-se terreno de diálogo e de disputa que envolve a experiência do impossível e do necessário.

Apostamos, portanto, em certa desconstrução da política como programa, como projeção de um futuro determinado no presente, como controle e pura submissão à normatividade, como decisão no lugar do outro. Muitas vezes na história, e fortemente nos dias atuais, a política é associada a uma pragmática, supostamente voltada para finalidades consideradas urgentes. É preciso reconhecer, com Derrida (2004), que essa pragmática constitui uma espécie de devaneio metafísico, que espera poder se libertar das aporias, das contradições, dos problemas concebidos como insolúveis. Essa política reduzida ao programável e ao pragmático, quando não é francamente autoritária, envolve uma restrição do caráter político. Já que não há uma política propriamente desconstrucionista (Bennington e Derrida, 2004), investimos na ideia de compromisso e numa democracia por vir. Conectamos política e responsabilidade, deixando o porvir ao por vir.

Optamos também pelo debate dessas questões limítrofes para além de nossas áreas de atuação específicas, respectivamente Currículo e Teoria Literária. Buscamos uma reafirmação política do alcance dos estudos derridianos, convidando pesquisadores de Ciências Sociais e Ciência Política, de Educação, de Filosofia,

de Literatura, Linguagem e de Sociologia, leitores da obra de Derrida e de autores usualmente denominados pós-estruturalistas e pós-fundacionais, com interesse pela questão política. Consideramos que a reflexão interdisciplinar é necessária à compreensão dos discursos, dos sentidos e dos processos que envolvem a formalização dos objetos particulares.

Todavia, não concebemos essa interdisciplinaridade como tentativa de superar algum “mal” disciplinar ou de produzir uma síntese epistemológica supostamente superior a uma disciplina específica. Pensamos a interdisciplinaridade como possibilidade de lidar com as margens tradicionais das disciplinas, na linha do que Derrida (2003) argumenta como tarefa desconstrutiva das Humanidades. É também uma forma de oferecer diferentes leituras e traduções do “texto” derridiano, produzindo a travessia de fronteiras entre comunidades disciplinares.

A partir desse entendimento, propusemos aos autores convidados dar destaque e visibilidade aos momentos em que a reflexão derridiana se associa a lógicas ou a dispositivos que têm em vista situações de ordem ética ou política. Os textos produzidos nessa perspectiva nos surpreenderam positivamente tanto pela qualidade quanto pela criatividade de argumentos e temáticas. São textos que abordam políticas em um sentido amplo e plural: políticas de interpretação, políticas de arquivo, políticas de currículo, a política como conflito, crítica e antagonismo, a política do traduzir, a poética como política, a política como escuta de um outro.

Evando Nascimento, em seu texto *O debate Foucault e Derrida: políticas da interpretação* começa por situar os conflitos em torno do *cogito* cartesiano, tratando-o como um recorte interpretativo do debate mais amplo entre esses dois titãs filosóficos mencionados em seu título. Por meio desse recorte, são focalizadas por Evando Nascimento as políticas interpretativas no cenário filosófico francês, das quais Derrida tira consequências em seu *Políticas da amizade*.

Em *Arquivo e política em Jacques Derrida: notas introdutórias*, Paulo Cesar Duque-Estrada parte de uma nota de Derrida incluída

no livro *Mal de arquivo* para desenvolver uma discussão sobre a política de arquivo. O autor argumenta em defesa da posição derridiana de que o tratamento do arquivo é a questão política por excelência, envolvendo a dimensão da *res publica*.

Em *Pensar como responder: o problema da responsabilidade política em Jacques Derrida*, Marcos Siscar também explora a temática da responsabilidade, agora conectada à discussão do saber. Evocando determinada época da recepção de Derrida, o autor se propõe a discutir os impasses entre o direito de liberdade e criatividade das Humanidades e seu dever de resposta, a partir do modo pelo qual se concebe a própria ideia de resposta.

Alice Casimiro Lopes, em seu texto *Sobre a decisão política em terreno indecidível*, propõe um debate sobre as relações entre a teoria do discurso de Ernesto Laclau e a desconstrução de Jacques Derrida, defendendo que a primeira só é construída a partir da leitura da indecidibilidade. Explorando a política como decisão em terreno indecidível, a autora argumenta que a noção de deslocamento em Laclau é uma forma de aprofundar a articulação entre decisão e indecidibilidade, bem como refletir sobre o *como se* e o *talvez* derridianos.

Joanildo Burity, por sua vez, no texto *Hospitalidade, amizade e os imperativos da ordem social*, parte das controvérsias sobre Derrida no campo das Ciências Sociais e das Ciências Políticas para explorar dois temas caros ao pensamento derridiano: a hospitalidade e a amizade, em suas conexões com a responsabilidade. Nessa abordagem, o autor traz elementos de sua trajetória de pesquisa no campo das relações entre religião e política, com impacto para questões sociais hoje no Brasil.

Mais centralmente dirigidos ao campo da educação, com foco na teoria de currículo, vêm em seguida o texto de Elizabeth Macedo e o texto de Veronica Borges, em parceria com Hugo Heleno Camilo Costa e Érika Virgílio Rodrigues da Cunha.

No texto *A teoria do currículo e o futuro monstro*, Elizabeth Macedo dá seguimento a um projeto que busca desconstruir

tradições curriculares que defendem a teoria como produção de regras visando a instituição de certa normatividade. Questionando tanto a possibilidade quanto a necessidade de uma teoria de currículo para pensar a educação de um outro singular por meio da noção de tempo, a autora argumenta contrariamente à ideia de uma teoria curricular que visa a projeção do futuro e desconsidera as dimensões do por vir.

No texto *Desconstrução, alteridade e tradução: percursos investigativos nas políticas de currículo*, Érika, Hugo e Veronica exploram de forma crítica o caráter teleológico no âmbito das políticas curriculares, e discutem, a partir das noções de nome e tradução em Derrida, particularmente em Torre de Babel, a normatividade nas políticas de currículo atuais e sua pretensão de se constituírem como políticas de reconhecimento.

Milena Magalhães e Nabil Araújo apresentam dois textos nos quais são exploradas significativamente as relações entre desconstrução, política e literatura. No primeiro texto, *A responsabilidade paradoxal do escritor: o testemunho na literatura brasileira contemporânea*, Milena parte da memorável afirmação de Derrida de que “não há democracia sem literatura, nem há literatura sem democracia” para tematizar as relações entre responsabilidade, assinatura e literatura, a partir da interpretação da polêmica instituída quando o escritor Bernardo Carvalho afirmou publicamente que não se interessa se há ou não leitura, só lhe interessa fazer literatura.

Nabil Araújo, por sua vez, com o texto *Julgamento inaugural, competência crítica e cultura democrática*, conecta a desconstrução, com debates sobre crítica literária, formação do professor de língua e literatura e valores democráticos. O autor defende a crítica literária como campo de antagonismo, na perspectiva de Chantal Mouffe, e associa o ato crítico ao *juízo inaugural* com Jacques Derrida. Sua argumentação visa a uma formação em crítica literária capaz de possibilitar o desenvolvimento de uma competência crítica aporética.

Explorando significativamente a noção de tradução, foram concebidos os textos de Viviane Veras e Mauricio Mendonça Cardozo. Viviane Veras, com o texto *O corpo das mulheres em cenas de tradução e perdão na Comissão da Verdade na África do Sul*, conecta a discussão da tradução à do perdão por meio da abordagem sobre a não-tradução da palavra *apartheid* e sobre a relação entre tradutores e intérpretes, no trabalho da Comissão da Verdade na África do Sul, com foco nos relatos de mulheres.

Em *Tradução e o (ter) lugar da relação*, Mauricio Mendonça Cardozo desenvolve, com Derrida, e também com Lévinas, as noções de responsabilidade e tradução como espaço de relação com o outro. O autor procura problematizar o entendimento do que vem ser esse outro, explorando três enunciados da filosofia e da literatura: um de Guimarães Rosa, outro de Paul Celan e outro ainda de Martin Heidegger.

Em seu conjunto, tais textos são convites instigantes à leitura de Derrida, mostrando diversas possibilidades de apropriação de sua obra. Ainda que eventualmente o façam de formas imprevistas, não deixam de se debruçar com rigor sobre o autor, ousando levá-lo a outros lugares discursivos e a outras questões de interesse comum. Como organizadores, convidamos os leitores e as leitoras a serem tanto destinatários/as quanto signatários/as desses textos.

## Referências

BENNINGTON, Geoffrey; DERRIDA, Jacques. Política e amizade: uma discussão com Jacques Derrida. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo (Org.). *Desconstrução e ética: ecos de Derrida*. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-Rio, 2004, p. 235-247.

DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. São Paulo: Liberdade, 2003.

\_\_\_\_\_. Como se fosse possível, “*within such limits*”. In: DERRIDA, Jacques. *Papel-Máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 257-290.



1

# O debate Foucault e Derrida: políticas da interpretação\*

*Evando Nascimento*

Ho! Ho! É esplêndido ser louco!

Charles Dickens, *O Manuscrito de um louco*

O que eles estão fazendo comigo! Jogam-me água fria na cabeça. Não me escutam, não me veem, não me ouvem. O que lhes fiz? Por que me atormentam? O que querem de mim, infelizes? O que lhes posso dar? Nada tenho.

Nikolai Gogol, *O Diário de um louco*

*Para Roberto Machado*

---

\* Inédita em livro, a versão inicial deste texto foi lida em 01 de dezembro de 2011, no Seminário “Michel Foucault e os 50 anos de *História da Loucura: inflexões, ressonâncias*”, realizado no Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói, sob curadoria de André Queiroz, numa parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Sesc.

## Política e interpretação

O que acontece quando um jovem filósofo lê de forma elogiosa, mas também a contrapelo, o livro de seu próprio mestre? Jacques Derrida era conhecido apenas como um brilhante especialista em fenomenologia no meio intelectual parisiense, quando foi convidado, no início dos anos 1960, a fazer uma apresentação sobre *L'Histoire de la folie à l'âge classique*, de Michel Foucault, de quem havia sido aluno na École Normale Supérieure e com quem entretinha relações amiais. Ambos eram jovens, e Foucault também ainda estava longe da celebridade que recobrirá seu nome, sobretudo a partir da publicação de *Les Mots et les choses*, em 1966. Era de se esperar que a leitura do discípulo se limitasse a uma simples recensão crítica, com um mínimo de audácia interpretativa, como costuma acontecer nessas ocasiões. Porém, justamente, a reflexão que Derrida desenvolve, na abertura de seu texto, “Cogito et l’histoire de la folie”, sobre as relações de mestria e discipularidade anuncia o conteúdo *polêmico* (de *pólemos*, guerra, em grego) do que virá em seguida. Tratou-se de uma verdadeira performance, que não foi percebida de imediato, provavelmente devido à falta de notoriedade pública dos dois protagonistas, mais tarde transformados em antagonistas. No entanto, como logo veremos, à medida que os dois se tornaram figuras de primeiro plano, a atitude inicial de Foucault, que se derramou em elogios, resultou num embate intelectual que marcou época. Por assim dizer, o acontecimento se deu *après-coup*, praticamente uma década depois do primeiro fato — a conferência de Derrida. Esse anacronismo diz muito dos elementos implicados nesse debate, consistindo resumidamente nas seguintes questões: com que finalidade se lê? Quais os efeitos provocados por uma interpretação? Como se constitui, em torno de determinados autores e obras, um campo interpretativo por distinção e confronto? Quem herda esse conflito de interpretações? Questões demasiado amplas, que

permanecerão em aberto, mas servem como guia no território minado das discussões em foco.

A leitura proposta por Derrida, como no caso de tantas outras que propôs durante décadas de produção reflexiva, nada tem de neutra. Visava não somente a pôr reparos argumentativos no livro de seu antigo mestre, mas a ir além de certo campo interpretativo. Foi dentro da *pólis* acadêmica que o embate se deu, porém com reverberações na *pólis* cultural como um todo. Isso é tanto mais relevante porque ambos refletiram, em mais de um momento, sobre a questão da interpretação, tendo Nietzsche e Freud como referências fundamentais. Se Foucault endossou os argumentos de seu ex-discípulo num primeiro momento, rechaçando-os violentamente num segundo, isso decerto ocorreu devido a fatores inerentes às metamorfoses por que passou o projeto foucaultiano ao longo dos anos, mas também devido a certo jogo de poder intelectual. Interessa aqui analisar parte dessa cena filosófica, que se articulou por meio de políticas interpretativas. Evidentemente, minha própria interpretação dessa controvérsia nada tem de neutra, mas procura minimamente respeitar a lógica de cada participante no espaço agonístico. Para isso, iniciarei com uma releitura a mais objetiva possível dos fatos, todavia sem a ingenuidade de acreditar numa isenção total.

## Dos fatos

Em 4 de março de 1963, Jacques Derrida pronuncia no Collège Philosophique em Paris a conferência “Cogito et Histoire de la folie”, cujo texto foi publicado na *Revue de Métaphysique et de Morale* e posteriormente retomado em *L'Écriture et la différence*, livro de Derrida (1967). Esse ensaio contém duas críticas fundamentais ao livro de 1961 de Michel Foucault, *L'Histoire de la folie à l'âge classique*: (Foucault [1961], 1978, 1995) 1 — numa primeira parte,

são colocadas questões metodológicas e epistemológicas acerca da “própria história da loucura” e de toda a rede conceitual aí implicada; 2 — numa segunda parte, questionam-se três páginas de abertura do segundo capítulo, “Le Grand renfermement” (“O Grande enclausuramento”), em que Foucault comenta o texto da primeira das *Méditations métaphysiques*, de Descartes, demonstrando como, no pórtico desse livro fundamental, dá-se a exclusão do louco e da loucura, antes mesmo de comparecer a experiência de dúvida do Cogito. Para Foucault, a “Primeira Meditação” seria, portanto, o momento exemplar do grande internamento dos loucos, próprio à idade dita clássica, ou seja, o século XVII. Para Derrida, a exclusão não só não ocorre na abertura do livro de Descartes como todo o instante da dúvida que levará à afirmação do Cogito cartesiano implica uma cena de loucura, ou melhor, de “extravagância”. Como narra o biógrafo de Derrida, (Peeters, 2010, 2013) Foucault teria reagido bem à palestra, a que assistiu a convite de seu antigo discípulo, chegando até a felicitá-lo; todavia, mudará de ideia no início dos anos 1970, quando Derrida deixou de ser um jovem brilhante e promissor para se tornar o reconhecido autor de grandes textos.

Duas cartas de Foucault daquele período atestam a admiração que ele sentia pelo trabalho de seu ex-discípulo. Uma primeira é datada de 27 de janeiro de 1963 e diz respeito ao modo como ele recebe a tradução e a introdução à *Origem da geometria*, de Husserl, realizadas por Derrida. A segunda, de 11 de março de 1963, é uma resposta de Foucault à conferência pronunciada por Derrida uma semana antes no Colégio Filosófico, e demonstra como a primeira recepção à leitura contundente de seu livro foi extremamente positiva, concluindo com um apelo à amizade entre os dois. Cito um trecho da carta para flagrar a primeira impressão foucaultiana:

Naquele dia, como você pode imaginar, não pude lhe agradecer como gostaria: não tanto ou não apenas pelo que disse de demasiado indulgente a meu respeito, mas pela enorme e maravilhosa atenção que me dispensou. Me impressionou — a ponto de na

hora ficar desconcertado e bastante desajeitado no que consegui dizer — a *justeza* de suas palavras, que foram, sem embaraço, ao fundo do que desejaria ter feito, e até mais além. Decerto não tratei com o devido cuidado a relação entre o Cogito e a loucura em minha tese: por meio de Bataille e de Nietzsche, voltava a ela com lentidão e por inúmeros desvios. Você mostrou sobejamente o caminho mais direto: e pode compreender perfeitamente porque lhe devo o mais profundo agradecimento.

Seria um enorme prazer revê-lo. [...] Peça que acredite na amizade deveras profunda e fiel que lhe dedico (Mallet e Michaud, 2004, p. 111-112 e 115-116).

Quase uma década depois, o tom agradecido e amical vai mudar radicalmente. Em 1972, o diretor de uma revista japonesa submete a Foucault o plano de um número dedicado a seu trabalho, um “dossiê Foucault”, que contaria com textos seus, com o ensaio de Derrida sobre a *História da loucura*, além do estudo de um especialista japonês sobre o “discurso de Foucault” e a “escritura de Derrida”. Foucault resolve então incluir um inédito nesse plano, sua violenta “Resposta a Derrida” (Foucault [1970-1975a], 1994, p. 281-295; 1999, p. 243-257). Não satisfeito, ele escreve uma versão ampliada do artigo, que virá, no mesmo ano de 1972, como anexo da nova edição de *Histoire de la folie* (Foucault [1970-1975b], 1994, p. 245-268), pela Gallimard, a qual ele remeterá a Derrida com uma dedicatória não desprovida de ironia. A partir daí, o antigo mestre e o ex-discípulo se tornam desafetos, apenas se reencontrando no episódio de 1982, em que Derrida é preso pelo regime comunista de Praga, sob falsas acusações de tráfico de droga, e em seguida liberado. Foucault não só denunciou o episódio no rádio, como convidou Derrida para um jantar em sua casa após a liberação. Porém, até a morte de Foucault em 1984, a amizade jamais será integralmente refeita. Curiosamente, Foucault retira em 1972 o prefácio da primeira edição do livro, o qual tinha sido utilizado por Derrida em sua argumentação altamente desconstrutora; igualmente, a resposta

a Derrida será mais tarde removida dos anexos. Duas supressões, duas lacunas, que exigem interpretação.

Em 1991, participando de um evento sobre os trinta anos da *História da loucura*, a convite dos psicanalistas René Major e Elisabeth Roudinesco, Derrida volta a falar de Foucault, em particular de seu grande livro. Dessa vez, no entanto, em “‘Fazer justiça a Freud’: a história da loucura na era da psicanálise”, ele declara que, a despeito das solicitações nesse sentido, não reabrirá o debate, entre outros motivos porque Foucault está morto; prefere então falar não mais da relação do pensamento foucaultiano para com Descartes mas para com Freud. No entanto, nesse texto publicado no livro do evento e retomado em *Résistances: de la psychanalyse* (Derrida, 1996, p. 89-146, 2001, p. 91-151), Derrida não resiste a aludir à antiga discussão em diversos momentos de sua argumentação. Na verdade, a retoma sucintamente, por meio dos comentários sobre a relação Foucault/Freud.

Diante da impossibilidade de dar conta, em tão poucas páginas, da complexidade do debate entre os dois pensadores, farei aqui apenas um recorte interpretativo, visando a um futuro desenvolvimento do tema. Proponho, portanto, menos uma análise detalhada de todo o grande dossiê envolvido na discussão do que o risco interpretativo de quem tenta observar, a certa distância, a força de dois pensamentos muito próximos, porém igualmente muito distintos em suas estratégias, argumentações e efeitos. Trata-se de uma verdadeira titanomaquia, uma luta de titãs, com alguns componentes decisivos para as respectivas obras.

## Das interpretações

O risco de toda interpretação efetiva, ensina-nos Foucault em seu célebre ensaio “Nietzsche, a genealogia, a história” (Foucault [1970-1975c], p. 84-85), é a destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber. O verdadeiro intérprete

brinca com o fogo, que, ao mesmo tempo e segundo o paradigma iluminista, dá a luz da razão, mas também pode trazer a destruição de quem o manipula. A história de Prometeu constitui o mito originário, que associa a luz da razão à eterna loucura do sofrimento. Interpretar é arriscar-se por caminhos não trilhados, sem saber exatamente aonde vão dar. E não há *pensamento* (tudo o que me interessa, aqui e sempre) sem interpretação, menos ainda sem *avaliação* em sentido nietzschiano. Ali onde algum sentido precisa ser proposto para que outros sejam deslocados, onde valores devem ser articulados para que outros sejam subtraídos, nesse intervalo entre duas interpretações não necessariamente opostas, mas obrigatoriamente distintas, toda uma época pode transcorrer. Assim, talvez estejamos vivendo atualmente a época da pós-razão ocidental em sua plenitude, o que não significa em absoluto o advento da plena desrazão...<sup>1</sup>

Desse modo, como dito, no início dos anos 1960, dois pensadores franceses, entre os mais influentes na segunda metade do século XX e ainda agora no século XXI, propuseram interpretações bem distintas para certa passagem das *Meditações* de Descartes. Não se trata aqui de tomar partido nessa disputa, tirando a razão de um para dar razão ao suposto oponente — isso seria uma verdadeira loucura. Importa, sobretudo, surpreender em cada fala uma estratégia mínima de deslocamento da reflexão do outro, a fim de dar vez e lugar a sua própria elocução. Nisso, estão em jogo dois modos distintos de abordar, expor e fazer funcionar os dispositivos dessa velho-nova instituição chamada filosofia.

Em Foucault, como se sabe, os gestos de um historiador bastante especial recobrem as feições do filósofo, desde o título da obra seminal *História da loucura na idade clássica*. Já em Derrida, se a argumentação se aproxima bastante da retórica filosófica, a ponto de mimetizá-la de forma vertiginosa, a ambição, como

---

1. É de forma sintomática que Spivak designa, em um de seus títulos, a “razão pós-colonial”. Cf. Spivak (1999).

também se sabe, é ir além das determinações tradicionais da filosofia, ou, como se dizia até há bem pouco tempo, da “metafísica ocidental”. Com isso, sinalizo desde já que, para nenhum dos dois, a discussão em torno das *Meditações* de Descartes significou apenas mais um capítulo na longa tradição de questionamento filosófico. Seja tomando a história como contrapartida (no caso de Foucault), seja tentando um gesto de desconstrução (no caso de Derrida), não se tratou de “superar” a filosofia enquanto discurso, mas sim certamente de abalar alguns dos fundamentos da filosofia *enquanto instituição*, com reflexos no solo da cultura, tendo como momento exemplar a fundação do Cogito cartesiano. Sublinhe-se, todavia, que não há instituição sem discurso; ao contrário, os fundamentos institucionais se compõem de elementos discursivos e não discursivos, em outros termos, de letra e de silêncio, de texto e de gestos figurais, de documento e de monumento, entre outros fatores. E é justamente no intervalo entre a palavra e o mutismo, se quiserem, entre a razão e seus outros (silêncio, morte, loucura, demência, enfermidade, “arte” etc.) que tentarei me deslocar na apreciação da refrega. Menos com a finalidade de atingir certo alvo do que pelo desejo de expor algumas das fissuras, dos avanços e dos recuos, dos desdobramentos, em suma, de um debate intelectual no fundo bem francês.<sup>2</sup>

## Foucault entre razão e loucura

Todo o esforço inicial desse livro-acontecimento que é *História da loucura na idade clássica*, se faz no sentido de entender o que se

---

2. Em agosto de 2004, no encerramento do “Colóquio Internacional Jacques Derrida: Pensar a Desconstrução”, por mim organizado, numa parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora com o Consulado da França no Rio de Janeiro, teve-se a ocasião de assistir a outro denso debate, dessa vez entre Jacques Derrida e seu ex-discípulo Bernard Stiegler, em torno das “mãos do intelectual”.



passa entre o final da Idade Média e o advento do que na França se chama de Idade Clássica ou de era dos grandes racionalismos, quer dizer, o século XVII. Se, na Idade Média, a lepra constituiu o grande inimigo a ser encerrado nos leprosários para o bem da comunidade, com o final de tal período esses centros de reclusão perderão sua função, até o advento de um inimigo tão ou mais poderoso, a loucura, que ameaça a razão como um rival externo e insidioso. Todavia, antes que a loucura se configure como o perigo a ser enclausurado atrás de grossos portões, há uma espécie de convivência ou ao menos de tolerância em relação aos ditos loucos por parte dos que assim não se consideram. A *stultifera navis*, a nau dos loucos, representou o lugar de uma ameaça ainda de algum modo volante, por assim dizer, à deriva — ameaçadora mas ainda suficientemente isolada do convívio normal entre os homens para não ser objeto de franca exclusão.

Já o período barroco, o do século XVI, faixa temporal situada entre a alta Renascença e os primórdios da referida Idade Clássica, encenará os jogos reversíveis entre razão e loucura.<sup>3</sup> Para Foucault, durante o Barroco, cuja expressão máxima seriam o *Dom Quixote* de Cervantes e as peças de Shakespeare, haveria uma forte reversibilidade entre os opostos, a saber: um fundamento racional da loucura (certamente por ela dispor também de suas razões) e um grão de loucura em toda razão. É essa contaminação dos contrários que aparece como dúvida dos ensaios de Montaigne; nestes, o pensamento não pode excluir de todo certa camada de delírio e de alucinação. Diz Foucault: “Talvez aí esteja o segredo de sua múltipla presença na literatura no final do século XVI e no início do século XVII, uma arte que, em seu esforço para dominar essa razão que se busca, reconhece a presença da loucura, de sua

---

3. Um dos questionamentos mais incisivos de Derrida é quanto à periodização proposta por Foucault, em especial o conceito de “idade clássica”, que acaba por repetir alguns dos estereótipos da historiografia tradicional, a despeito de toda a contribuição para a afirmação de um pensamento diferencial e não linear.

loucura, a circunscreve, investindo-a, para finalmente triunfar sobre ela. Jogos de uma idade barroca” (Foucault, [1961], 1978, 1995 p. 47).

Por uma natureza completamente distinta vai ser marcada a obra-mestra do pensamento racionalista que sucederá o Barroco, as *Méditations métaphysiques*, de Descartes, em que se afirma a teoria do Cogito, a qual delimitará o início de uma nova era da história ocidental, de modo tão intenso que acabará, para muitos, por se identificar como a essência mesma dessa civilização de origem europeia. Se, como acabei de expor, segundo Foucault, em Montaigne a razão dita normal não consegue excluir aquilo que a coloca em perigo, para Descartes, o jogo decisivo se fará a partir do ponto em que o instante da dúvida não admite comércio (para utilizar uma expressão muito shakespeariana) com a loucura. Enquanto sonhos e ilusões precisam ser estruturalmente superados a fim de se atingir o estágio do pensamento puro, ser ou estar louco não é admissível como possibilidade estrutural para a boa realização da tarefa de duvidar com a finalidade de atingir a certeza cartesiana. Sonhos e ilusões são funções normais do pensamento (todos nós cotidianamente sonhamos e nos iludimos um pouco), enquanto a loucura nem de longe tem o direito de residência, ainda que momentânea, na cidadela da razão. Diz lapidarmente Foucault, interpretando a primeira das *Meditações* de Descartes:

Na economia da dúvida, ocorre um desequilíbrio fundamental entre loucura, de um lado, sonho e erro, do outro. A situação desses fatores é diferente em relação à verdade e àquele que a busca; sonhos e ilusões são superados na estrutura mesma da verdade; mas a loucura é excluída pelo sujeito que duvida (Foucault, [1961], 1978, 1995, p. 57).

O instante da dúvida, que funda o Cogito cartesiano, significa igualmente o momento fundador de uma razão identificada

a si própria, a qual apenas aceita as formas do pensamento que ela pode domesticar e reduzir, como etapas do negativo a serem estruturalmente superadas. O *outro*, que os sonhos, as ilusões e os erros configuram, apenas serve para representar uma razão finalmente depurada de todo excesso, de toda fissura, em suma, de toda “loucura”, ao contrário do homem barroco, que ainda se representava confusamente um pouco como “meio louco”. Para Foucault, a *ratio* ocidental se afirmará duplamente pela exclusão daquilo que nada tem a ver com sua natureza mais própria (seu princípio de razão, sua racionalidade essencial), quer dizer, a loucura, e por uma superação estrutural do que nela não pode ser obliterado, mas apenas de algum modo redimido, quer dizer, as fantasias dos sonhos e do humano engano.

O encaminhamento da dúvida cartesiana parece testemunhar como, no século XVII, o perigo se encontra conjurado e como a loucura é colocada fora do domínio de pertença, no qual o sujeito detém seus direitos à verdade: esse domínio que, para o pensamento clássico, é a própria razão. Doravante a loucura está exilada. Se o *homem* sempre pode ser louco, o *pensamento*, como exercício da soberania de um sujeito que se impõe o dever de perceber o verdadeiro, não pode ser insensato. É traçada uma linha divisória que logo vai tornar impossível a experiência tão familiar ao Renascimento de uma Razão desrazoável, de uma razoável Desrazão. Entre Montaigne e Descartes, um acontecimento se deu: algo que diz respeito ao advento de uma *ratio* (Foucault, [1961], 1978, 1995, p. 58).

Isso não quer dizer que a loucura se anulou de todo nessa cena de exclusão cartesiana. Para Foucault, se a desrazão foi enterrada nesse solo, aí desaparecendo, aí também ganhou raízes. E é esse enraizamento da loucura no solo da razão, como seu duplo excluído, que o livro — o qual faz parte com grande legitimidade da própria história do Ocidente, pondo-a radicalmente em questão —, passa a elucidar.

## Derrida e a extravagância do Cogito

Acabei de enunciar, a partir do livro de Foucault, um dos pontos fundamentais da argumentação de Derrida: será que a desejada “*arqueologia do silêncio*” — anunciada desde o primeiro prefácio de *História da loucura* “Não quis fazer a história dessa linguagem; em vez disso, a arqueologia desse silêncio” (Foucault, [1954-1969], 1994, p. 160, p. 140-148) —, aquela que daria voz à loucura silenciada, não é ainda da ordem da razão que se quer questionar? Em outras palavras, a *arqueologia*, proposta por Foucault, deteria ainda uma lógica, inscrevendo-se, portanto, numa história do sentido, ou na História simplesmente, visto que toda história é, de certo modo, uma história teleológica do sentido (Derrida, 1967, p. 57-59). A pretensão de Foucault em fazer uma história da *própria* loucura seria ela mesma “louca”, na medida em que qualquer história supõe uma organização e uma linearidade, ou seja, uma ordem racional, a qual, dentro da lógica do discurso foucaultiano, teria sido responsável pelo silenciamento da loucura. O *alógos* da loucura seria, desse modo, circunscrito e encerrado pelo *lógos* do historiador-filósofo. O problema se torna então circular: como fazer uma história da loucura que não corresponda no fundo a mais uma *racionalização* (quer dizer, a um rebaixamento e a um silenciamento) daquilo que supostamente a razão excluiu no instante mesmo de fundação do racionalismo clássico? Afirma Foucault, acerca da história que propõe sobre a “estrutura da experiência da loucura”: “Isso significa que não se trata de modo algum de uma história do conhecimento, mas dos movimentos rudimentares de uma experiência. História não da psiquiatria, mas da própria loucura [*mais de la folie elle-même*], em sua vivacidade, antes de qualquer captura pelo saber”. Entretanto, o próprio Foucault não deixa de perceber a quase impossibilidade de seu projeto, todavia sem tirar todas as consequências disso: “A liberdade da loucura só é entendida do alto da fortaleza que a detém prisioneira” (Foucault, 1954-1969, p. 164).